



AUSÊNCIA E PRODUÇÃO DO ESQUECIMENTO HISTÓRIA INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL

Isabel Cristina Martins Guillen

Departamento de História Social da
Fundação Joaquim Nabuco

Busca-se pensar o processo de marginalização dos Guarani da história de Mato Grosso do Sul, como consequência da política de aldeamento e do processo de expropriação das terras indígenas. O movimento que expropriou as sociedades indígenas de suas terras, apropriou-se também da memória histórica, produzindo o esquecimento da origem de seu poder: a terra usurpada. Aponta-se metodologicamente para a necessidade de se pensar a história de Mato Grosso do Sul partir da experiência de luta de diversos sujeitos, entendendo-se que os índios também fazem parte dessa história.

Palavras-chave: Guarani; História Indígena.

The process of marginalization of the Guarani in the Mato Grosso do Sul State history is thought as a result of village groupment polities and the expropriation of native lands. The moviment thereby indians societies were expelled from their land also took hold of historic memory, producing the oblivion of the source of its power: usurped land. The need for thinking the State history from the several groups experience of struggle is methodologically put foward, by turning the natives into an integral part of this history.

Key words: Guarani; Indians History

INTRODUÇÃO

Em meio ao trabalho de investigação sobre a Matte Larangeira, encontrei uma notícia, no jornal **O Progresso**, da cidade de Ponta Porã, que de imediato chamou minha atenção. Com a manchete "Exploração Indígena", narrava o problema das terras indígenas, invadidas por elaboradores clandestinos de erva-mate.¹ Por diversas vezes, tinha eu comentado com amigos sobre a ausência dos índios na história da região. Gilmar Arruda, em nossas conversas sobre as teses que escrevíamos, observara que o silêncio era testemunha do massacre que foram vítimas. Afora isso, nos deparávamos com os índios de carne e osso pelas ruas, todos os dias.

O convívio de grande parte da população da região fronteira com os índios Guarani e Terena, tem sido pautado pela indiferença e insensibilidade para com os problemas enfrentados pelas grupos indígenas. Sinal claro de que a marginalização e inferiorização são tomados como dados naturais. Uma atitude que se recusa a reconhecer nos Guarani, e em outras sociedades indígenas, uma cultura própria.

¹ Em guarani *changa-y*. Os elaboradores clandestinos eram chamados também de changadores.

(Todorov, 1983) A circunscrição do índio como problema, seja da Funai, ou dos Antropólogos, sinaliza para esta marginalização, que tem, ela própria, uma história. O presente trabalho busca indícios de como se procedeu a história da marginalização indígena, não só do plano social, mas da memória histórica.

Durante minhas andanças pelos arquivos, perseguindo a história do sul de Mato Grosso, foram bem raros os documentos que achei que tratassem dos índios. Pode-se dizer que minha busca documental foi seletiva, e que, afinal, meu interesse centrava-se na Matte Larangeira. Mas, por isso mesmo, eu estranhava essa ausência. Tinha lido, na parca historiografia regional, que teriam sido utilizados pela Companhia como mão-de-obra na elaboração da erva-mate. Nimuendaju informou que, antes de 1914, um bando de 40 apapucvas (Kaiowá), chefiados pelo capitão Ruyzinho, òtentando se escapar dos coletores de mate paraguaiosõ, fugiu do Iguatemi à procura da Terra sem Mal e se estabeleceu na foz do Ivahy. Observou igualmente que os índios eram submetidos à òescravidão assalariadaõ pelos patrões da Vacaria. (Nimuendaju, 1987; Ribeiro, 1982)

Apesar de serem parte constitutiva da história de Mato Grosso do Sul, quem se dedicar a percorrer a historiografia regional, constata de imediato a ausência indígena na história, a ponto de concordarmos com Monteiro, apesar de referir-se especificamente aos Guarani no período colonial, que òfalta aos estudos históricos a percepção de que a presença e a participação dos Guarani nos múltiplos processos que transformaram a geografia humana de toda uma região tenham sido elementos decisivos na história...õ (Monteiro, 1992:478)

A imagem de que os índios espreitavam o avanço progressivo dos brancos sobre suas terras, ocultos nas matas, mudos e passivos no processo de aldeamento, tem uma certa correspondência com a imagem da história como sendo o movimento inexorável, e dado com anterioridade como vitorioso, do capital. Contudo, se pensarmos a história a partir da experiência dos sujeitos, não há como não se deter diante dessa grande ausência. A constatação do silêncio e da ausência como

indício da destruição indígena pode ser tomada como verdadeira? Na historiografia sul mato-grossense, o índio é posto à margem de um fazer histórico, uma vez que ausente. Faz-se necessário não só descobrir novas fontes documentais que permitam construir uma história dessa região tendo também os índios como sujeitos, junto com trabalhadores e posseiros, mas incentivar a produção acadêmica que não marginalize as diversas etnias, ao fazerem uma história dos sertões ou das fronteiras agrícolas.

Sem dúvida, o contato entre índios e trabalhadores ervateiros se estabeleceu desde os primórdios da exploração ervateira. E como explicar a sua ausência na história? Creio que poderemos descobrir alguns indícios desse amordaçamento na notícia a que me referi acima.

A VERSÃO JORNALÍSTICA

Corria o ano de 1923 na pequena cidade fronteiriça de Ponta Porã. **O Progresso** era o único jornal da cidade, que além dos anúncios habituais das casas comerciais, e das escaramuças políticas que animavam os dois grupos locais na disputa pelo poder, gostava muito de publicar notícias de crimes, corriqueiros na região fronteiriça. Terminava o mês de setembro quando do patrimônio de Dourados veio a notícia:

õRomualdo Rodrigues Ferreira é um desses indivíduos dados a aventuras, e para leva-las a efeito não escolhe meios. Chegado, sem bem mesmo se saber de onde, entendeu que o changeamento de erva-mate, em terras do Estado era alto negocio. Dourados foi o ponto predileto para por em pratica sua nefasta ação. Como não tivesse elementos para ajustar peonada, deu para catequizar os índios existentes nas matas de São Domingos, mas teve ainda a habilidade de intrigar umas tribos com as outras e isolalas de outros aventureiros como ele, a ponto de estar eminente um conflito entre os próprios índios envolvendo também moradores civilizados. Para justificar seu procedimento perante os indígenas que aliciou, convenceu-os de que a zona dada pelo Estado para patrimônio de todos os indígenas da região, pertencia aos que lhe seguem, concitando-os a expelir violentamente aos demais.õ²

² **O Progresso**, Ponta Porã, 30/09/1923.

A notícia vem confirmar a utilização de índios como mão-de-obra na elaboração de erva-mate, ainda que não diretamente pela Matte Larangeira. O jornal já tinha casualmente confirmado esta questão alguns dias antes, ao reproduzir um telegrama de Rondon ao Ministro da Agricultura: õsão excelentes ervateiros, alguns já criadores e agricultores. Robustos, bem afeiçoados e inteligentes... Bem dirigidos e protegidos, constituem ótima base para a colonização sistemática desta feraz região.õ³ Observe-se como Rondon salienta as qualidades dos índios nos aspectos em que estes poderiam ser aproveitados como mão-de-obra para a colonização da região.

Aliada à questão da mão-de-obra, podemos observar na notícia que mais de uma etnia estava ocupando terras dadas pelo Estado para os índios, levantando como problema a ser pensado pela história a política de aldeamento levada a efeito naquele momento. O telegrama de Rondon também é expressivo nesse sentido. Acreditando ser possível a incorporação do índio à sociedade brasileira, sem recorrer ao extermínio, Rondon propunha colonizar os sertões com a mão-de-obra do trabalhador nacional e do indígena, pacificado, que rapidamente poderia se tornar civilizado. A colocação dos Terena na área Guarani visava assim facilitar a aculturação (ou civilização como se dizia na época) dos Guarani pelo contato com uma etnia considerada mais dócil e aculturada. (Oliveira, 1976)

O que a notícia nos coloca como problema concreto de pesquisa? Considerar a existência de um mais um sujeito na luta pela terra, contra o domínio da Matte Larangeira. Considerar que os grupos indígenas sob o domínio da Matte foram expropriados de suas terras, e que há uma história desse processo posta no esquecimento em detrimento de õtemasõ considerados mais nobres, como a própria história da Companhia.

³ Idem, 05/08/1923.

POLÍTICA DE ALDEAMENTO E LUTA PELA TERRA

A política de aldeamento das populações indígenas, na região sul de Mato Grosso, expressamente se propunha a sujeitar os índios ao trabalho de exploração da erva-mate ou agrícola, eliminando, ao mesmo tempo, um possível foco de atrito e tensão devido à ocupação das terras pela Companhia Matte Larangeira, ou por posseiros. Na década de 40, o problema se agravou com a implantação da Colônia Agrícola Federal de Dourados.

O aldeamento não necessariamente preservava legalmente as terras para os índios, mas buscava evitar conflitos pela posse da terra, circunscrevendo e delimitando os espaços que os índios poderiam ocupar. Ao mesmo tempo, concentrava a população indígena num local, evitando sua dispersão e facilitando sua arregimentação como mão-de-obra. Dentro do ideal civilizacional, postulado pelo ideário positivista, tratava-se de integrá-los à economia produtiva como mão-de-obra, retirando-os da vida selvagem a que estavam submetidos, como se afirmava na época.

Penso que só poderemos entender a política de aldeamento levada a efeito se considerarmos a história da criação do Serviço de Proteção ao Índio, e da própria legislação brasileira no que se refere à propriedade da terra. Para Mato Grosso do Sul seria necessário fazer um levantamento documental que nos permitisse escrever uma história do SPI e do indigenismo na região da fronteira com o Paraguai.

Formado sob os auspícios de Rondon, e fundamentado nos princípios positivistas, em princípio, o SPI nacionalmente trataria não só da questão indígena, mas também da localização de trabalhadores nacionais no intuito de povoar os sertões. (Gagliardi, 1989) Os matizes ideológicos, no entanto, podem ser apreendidos em um depoimento de Luiz Bueno Horta Barbosa:

O Serviço não procura nem espera transformar o índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos, ou de lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos; conta apenas melhorá-lo, proporcionando-lhe os meios, o exemplo e os in-

centivos diretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução de ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos e dos meios de usar a arte de coser, à mão e à máquina; a preparação de seus alimentos, pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro etc.; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo quanto ele tem e que constitui o fundo mesmo de toda existência social. E de todo este trabalho, resulta que o índio torna-se um melhor índio e não um mísero ente sem classificação social possível, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela onde o queriam levar.⁴ (Ribeiro, 1982:140-141)

Ou seja, um futuro branco. Para que o índio pudesse ter acesso às coisas arroladas por Horta Barbosa, só se inserindo no mercado de trabalho assalariado, e isto não se dava sem o estigma de que era preguiçoso, indolente ou traíçoeiro. Assim, qual o sentido, pelo menos para homens brancos sedentos de terras de as preservar para índios que não as tornavam produtiva?

Para os padrões do homem civilizado, que vinha ocupar a fronteira despovoada, terra de índio era terra de ninguém. Esta afirmação tem seu fundamento legal na constituição de 1896, que transferiu para os governos estaduais as terras devolutas então sob o domínio imperial. (Cunha, 1992) Em Mato Grosso, as terras indígenas no sul ficaram sob o poder da Companhia Matte Larangeira, e não havia nenhum reconhecimento legal, sendo consideradas terras devolutas de que o Estado podia dispor. Ou melhor, a Companhia.

A aldeia de Dourados foi reconhecida apenas em 1917, quando o governo estadual doou 3.600 hectares ao grupo local Kaiowá, constituído de 550 indivíduos. Observe-se que a aldeia de Dourados ficava fora dos domínios de arrendamento da Companhia Matte Larangeira. Anteriormente, o inspetor do SPI já tinha se preocupado em saber onde se localizavam as tribos indígenas do sul de Mato Grosso, tanto que, em 1913, encarregou Nimuendaju de elaborar um mapa que con-

⁴ Luiz Bueno Horta Barbosa (1871-1933) foi ardoroso defensor do movimento de defesa dos grupos indígenas. Ocupou o cargo de inspetor no SPI de São Paulo, e foi responsável pela pacificação dos Kaingang.

tivesse essas informações, ainda que não fosse com a intenção expressa de aldeá-los.

No entanto, já existiam conflitos pelas terras ocupadas por indígenas. Nos trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (1900-1906), Rondon se deparou, nas proximidades do povoado ãNunca Te Viõ, com um grupo Guarani, expulso de suas terras por posseiros gaúchos. Rondon negociou para que o governo do Estado reconhecesse o direito de posse das terras que os índios viviam. Obtido o documento, fez com que os invasores se retirassem pacificamente. (Viveiros, 1958) Desse modo, evidencia-se que a notícia dada pelo jornal *O Progresso*, não tinha um caráter excepcional no cotidiano da região. Conflitos com posseiros e changadores de erva-mate enchem as páginas do jornal semanalmente.

UM CASO DE POLÍCIA

Já é sabido que todo conflito na primeira república era tratado como um caso de polícia. Com a questão indígena, em muitos casos, não foi diferente. Na edição do dia 21 de outubro de 1923, o jornal **O Progresso**, de Ponta Porã, publicou uma carta assinada por Geographo Oliveira, explicando o que tinha acontecido:

õJá era assunto bastante debatido e comentado, desde a primeira quinzena do mês passado, estar o Snr. Romualdo Rogrigues Ferreira nas proximidades desta povoação à frente de um grupo de índios, que se dizia armados, fazendo intimidação a moradores das matas de S. Domingos a desocuparem as terras que não lhes pertencem.õ⁵

Entra em cena o motivo mais corriqueiro que justificava os conflitos na região: a posse da terra. Não sabemos se as terras indígenas tinham sido demarcadas ou não, e é provável que não, já que havia invasão de posseiros em terras que os indígenas consideravam suas, mas que não eram reconhecidas como tais. Vejamos o desenrolar dos acontecimentos em questão.

⁵ **O Progresso**, Ponta Porã, 21.10.1923.

õConquanto inverossímeis que parecessem essas notícias, à princípio, elas foram trazidas ao conhecimento do sr. Subdelegado do distrito, por queixosos, até que resolveu essa autoridade mandar intimar a Romulado a vir dar uma explicação dos seus atos na própria subdelegacia.

A essa intimação, segundo parece ou é voz corrente, não quis Romualdo se submeter, continuando de quando em vez surgirem queixas de natureza idêntica, cada vez mais robustecidas com as informações do aumento gradativo e diário dos numerosos silvícolas que haviam aderido a esse movimento.õ (idem)

O senhor õGeographoõ nos informa que havia um movimento que pretendia expulsar posseiros que tinham ocupado terras que os índios consideravam suas. Liderados por Romualdo, que pretendia elaborar mate nas terras indígenas, este teria incitado os índios contra posseiros. O índio é aqui nesta versão considerado ingênuo, passível de ser manobrado por interesses escusos, não para defender seus próprios interesses. O fato de considerar as notícias inverossímeis o comprova. No entanto era preciso tomar providências.

õUma dessas queixas de tal modo precisava os acontecimentos, que o sr. delegado não querendo já agir de maneira enérgica contra os índios, resolveu telegrafar ao sr. Dr. Pimentel Barbosa, funcionário da Inspectoria dos Índios, a fim de que esse funcionário providenciasse na dissolução do grupo.

Já sabeis - pois que noticiou vosso jornal - ter o referido funcionário por sua vez reforçado junto ao delegado de Ponta Porã, o pedido de uma providencia já solicitada pelo Subdelegado daqui, a fim de que fosse Romualdo intimado a se retirar das terras ou aldeia dos índios, onde nenhum motivo justificava sua estadia e sem o que não seria possível chamar a estes à sua reconhecida e pacífica existência de ordeiros e trabalhadores.õ (ibidem)

Maior elogio do que este era impossível nos anos vinte, principalmente referindo-se a índios. Vejam a inversão: o índio é trabalhador e ordeiro, mas como foi orientado por uma pessoa de caráter duvidoso, insurge-se contra os posseiros que ocuparam terras õpróximãsõ de suas aldeias. Para a pessoa que escreveu a carta, não havia problema em ocupar terras õpróximãsõ da aldeia, terras que os índios provavelmente consideravam suas. O problema era Romualdo que incitava os índios, não o fato de que os posseiros ocupavam terras indígenas.

Os boatos, enquanto isso, cada vez mais circulavam e o pânico que causavam foram conduzindo para este Povoado todos os moradores das habitações mais os menos próximas das aldeias dos índios Caiuás. Em pouco tempo já era enorme o número desses habitantes, cujo trabalho agrícola ou de outra natureza ficou completamente paralisado. (ibidem)

Quando todos já esperavam uma invasão do povoado de Dourados pelos índios, chega o funcionário do SPI que, junto com o subdelegado, resolveu retirar os índios da aldeia e da influência do changador. Não ficamos sabendo ao certo se os índios estavam em pé de guerra ou não, mas o autor da carta informa adiante que tudo não tinha passado de atos de violência do Romualdo, de quem os índios Caiuás também estavam temerosos. Organizou-se uma escolta e retirou-se o changador das terras indígenas. Os moradores próximos à aldeia voltaram para suas casas, e resultou do conflito apenas três mortos.

A maneira um tanto confusa como o caso é narrado nos alerta para o fato de que a questão não é tão simples, e nem se tratava de apenas um changador de erva-mate se aproveitando da mão-de-obra de inocentes selvagens. Percebemos, tanto na forma como o jornal narrou a notícia, quanto na carta transcrita, que havia um certo consenso quanto a um difuso direito de se ocupar as terras indígenas. Isto porque, em nenhuma das duas notícias, cogitou-se a possibilidade de se remover os posseiros das proximidades das aldeias. Entre outras questões, está para ser discutida a história de como se deu o aldeamento das etnias na região, como e quando se estabelece a necessidade de aldear os índios, e se o sentido era apropriar-se de terras, confinar os índios em territórios e explorar mão-de-obra, retirar os índios de áreas de conflito, etc. Enfim, pensar como se legitimou a instalação de posseiros, posteriormente fazendeiros, em áreas próximas das aldeias indígenas. Resta fazermos uma vasta pesquisa documental, não para nos redirmos perante às populações indígenas, mas porque elas foram constitutivas de nossa história. E não de forma passiva, como os indícios nos apontam. O movimento dominante, no período, era no sen-

tido de entender a participação dos índios na vida social da região exclusivamente como mão-de-obra, legitimando-se, dessa forma, o movimento de expropriação das terras indígenas.

O ÍNDIO NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Habitantes das matas, os Guarani se mantiveram quase sem contato com os brancos até meados do século passado, quando começou a ocupação dos campos de Xerez, ou Vacaria, por famílias de criadores de gado. As hostilidades entre índios e criadores foram, se não constantes, o suficiente para marcar a resistência dos Guarani ao avanço dos brancos sobre suas terras, através de ataques às fazendas ou do roubo de gado. (Barbosa, 1963) É a partir deste ponto que se pode observar como os índios foram percebidos pelos primeiros ocupantes brancos da região.

Por volta de 1880, com os criadores já instalados nas proximidades da colônia militar do Brilhante, existiam duas aldeias de Kaiowá e Guarani (Ñandeva), ambas com uma população de mais de 160 pessoas, segundo informações de um viajante adicionadas à observação de que existiam pela redondeza mais de oitocentos bugres que poderiam ser aldeados. (Pimenta Bueno, 1880) A falta de mão-de-obra para a região seria se não resolvida, facilitada com o aldeamento dos índios. Da mesma forma, um outro viajante no início deste século observou que os índios eram a única mão-de-obra disponível para a região. (Lisboa, 1909) Ou seja, uma vez que a falta de mão-de-obra era considerada crônica, a ponto de se acreditar que dificultava o progresso e o desenvolvimento, a única alternativa imediata, vista na época, consistia no aldeamento dos índios para que pudessem ser aproveitados como tal.

Até a Guerra da Tríplice Aliança os contatos com os índios foram esporádicos, uma vez que os criadores estavam mais interessados nos campos naturais, dando pouca importância às matas, onde proximoamente se fixavam os Guarani. A primeira nota de resistência ao

avanço dos brancos sobre suas terras evidencia-se pela primeira vez na tentativa frustrada dos trabalhadores de Elisa Lynch de explorar a erva-mate nativa na região durante a Guerra, expulsos por ataques de índios. (Almeida,1951) Ao mesmo tempo confirmava-se a descoberta que as matas eram ricas em extensos ervais. Tal descoberta iria intensificar a ocupação das terras no início deste século.

Ainda que os índios provavelmente não tenham sido engajados diretamente no trabalho ervateiro, a população Guarani como um todo foi sendo arrastada para o mercado de trabalho regional, quer como peões das fazendas ou mesmo ervateiros ocasionais, quer como fornecedores de excedentes alimentares de suas roças, ainda que esta seja uma possibilidade mais remota. Há que se ressaltar aqui um aspecto de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos guarani, ou seja, o impacto que o contato deve ter causado em sua organização social.

Os trabalhadores paraguaios da Companhia Matte Larangeira, ao falarem o guarani, puderam mais facilmente aliciar os índios para o trabalho nos ervais ao mesmo tempo em que os acostumavam com o uso de ferramentas, aguardente, sal e roupas. O fornecimento desses itens, que se tornaram necessários aos índios, estava condicionado à sua integração na economia ervateira como mão-de-obra sazonal, tendo colocado em colapso sua economia coletivista, bem como a organização do tempo tribal, desestruturando a vida cotidiana necessária para a preservação de seus rituais religiosos.

Um depoimento recolhido por Hélene Clastres, entre os Mbüa do Paraguai, ilustra o mesmo processo pelo qual os Guarani de Mato Grosso provavelmente também passaram:

õNós, os nhanderus de hoje, fazemos apenas esforços esporádicos para cantar, e fadados ao fracasso. E como poderíamos cantar? Veja: uma manhã na rede, me ponho a cantar as palavras que me são inspiradas pelos senhores do além. E minha mulher me interrompe: o que você está fazendo, cantando quando não há sal nem banha para a refeição! Como poderíamos receber inspiração quando temos de trabalhar para nossas famílias não morrerem de fome? (...) E precisamos trabalhar para

nos vestirmos como os paraguaios, porque nossos próprios companheiros chegam a zombar dos ornamentos rituais.ö (Clastres, 1978:111)

Contribuindo para a desestruturação do modo de ser Guarani destaca-se a ameaça à sobrevivência física dos índios, uma vez que o contato com o branco acarretou numa alta mortalidade. Sabe-se que a Missão Evangélica, instalada desde 1928 próxima à aldeia de Dourados, atendeu inúmeros casos de tuberculose e doenças venéreas adquiridas provavelmente do contato com os trabalhadores ervateiros. (Silva, 1982:17)

A região foi aos poucos se adensando populacionalmente. Cidades e vilarejos surgiram na fronteira com o Paraguai, estradas cortaram a região escoando o mate antes escondido nas matas. As terras se tornaram cada vez mais cobiçadas tanto pela Companhia Matte Larangeira, quanto por posseiros que reivindicavam o fim dos contratos de arrendamento e o loteamento das terras em pequenas propriedades. O espaço era devassado por trabalhadores da Matte a procura de ervais, a ponto de, aos poucos, não existir mais um palmo de terra não trilhada. Com certeza, as terras que os índios conseguiram manter como suas, eram terras em que não existiam ervais viáveis economicamente. Nos mapas existentes no arquivo da Companhia, o espaço onde se anotou a existência de aldeias indígenas ficava sempre fora da região ervateira, e do arrendamento.

Não se pode afirmar com certeza que os índios tenham sido arrematados para trabalhar nos ervais, apesar de que, a respeito dos índios que viviam na região do rio Brilhante, Rondon tinha afirmado que eram óndios pacíficos e empregados nessa zona na extração e fabrico da erva-mate.ö (Rondon, 1949:101) Também Egon Schaden observou que, em 1949, a aldeia de Teicuê (Posto Indígena José Bonifácio), no município de Ponta Porã, estava organizada para a produção de erva-mate, enquanto que na aldeia de Amambai (Posto Indígena Benjamin Constant) õdurante alguns meses do ano, quase todos os índios do Amambai, como de outros núcleos menores da região, se

empregavam como ervateiros, sendo muito procurados pelos patrões. (Schaden, 1974:10)

A presença dos Guarani no mundo dos ervais é uma questão controversa portanto. Hélio Serejo, quem mais escreveu sobre os ervais, não os registra entre suas histórias, indício pouco provável de que estivessem confundidos entre os trabalhadores paraguaios. (Serejo, 1946) Também Hernani Donato, em seu romance *Selva Trágica*, que tem como cenário os ervais, e ervateiros como personagens, ignora a presença indígena. (Donato, 1959) Devemos considerar a hipótese de que buscavam se manter longe dos ervateiros, resistindo à sua inserção como mão-de-obra nos ervais da Matte Larangeira. Podemos também considerar a hipótese contrária, de que não se registrou a presença dos índios como trabalhadores nos ervais por considerá-la insignificante.

Mas se ficarmos presos nessa questão, a da efetiva participação indígena no trabalho de elaboração da erva-mate, perderemos o essencial, ou seja sua presença na região. E ao colocarmos essa questão não estaríamos, já ciente da resposta dada a escassez documental, compactuando com o esquecimento? O essencial é que o contato dos grupos indígenas com os trabalhadores ervateiros, changadores e posseiros, ainda que esporadicamente a princípio, teve consequências trágicas a longo prazo: grande depopulação, desorganização social, dispersão das famílias e a perda de grande parte de seu território.

Fica evidente que o índio foi percebido desde o final do século passado sob o prisma do trabalho que dele se poderia extrair, sempre que fossem perdendo sua maneira de ser e se transformando em caboclo, ressalte-se que dócil e cordato. Dessa forma, todo o quadro de referências construído sobre o índio primava por sua inserção no mercado de trabalho como única alternativa tanto para os próprios índios que poderiam evolutivamente se igualar ao trabalhador branco, como para os brancos, que dessa forma, em princípio, resolveria o problema da ocupação das terras pelos índios. Na verdade, pode-se pensar nas

tentativas de branqueamento, ou de adaptação do índio ao mundo civilizado, como um paulatino processo de expropriação de suas terras. (Cunha, 1992)

CONSOLIDANDO A EXPROPRIAÇÃO CONFLITOS COM A COLÔNIA AGRÍCOLA FEDERAL DE DOURADOS

A questão da terra se agravou, para os índios, com a implantação da Colônia Agrícola Federal de Dourados. Fundada em 1946, mas seguindo os ditames da campanha da Marcha para o Oeste lançada por Vargas durante o Estado Novo, a Colônia Agrícola efetivamente nasceu da luta pela terra, contra a Matte Larangeira. (Lenharo, 1985)

Canalizando antigas aspirações de fracionar os ervais em pequenas propriedades e impulsionar o desenvolvimento da região pelo adensamento populacional, a criação da Colônia pode ser entendida como o resultado de uma política governamental para controlar o poder da Matte Larangeira e dirimir o conflito pela terra, acirrado desde os anos trinta. O fim dos grandes arrendamentos à Companhia Matte Larangeira, a partir de 1945, provocou uma grande especulação com as terras do sul do Estado. (Lenharo, 1986b) Segundo Foweraker, a área especificada no decreto que criava a colônia deveria ser de 300 mil hectares, mas demarcou-se 109 mil a mais, de tal forma que o governo estadual reclamou a área excedente. Diante do descaso do governo federal, a colônia ficou reduzida a 26 mil hectares, tendo o Estado titulado muitas áreas onde já existiam colonos trabalhando, o que provocou, evidentemente, sérios conflitos. (Foweraker, 1982) Os colonos, em sua maioria arregimentados no Nordeste, abriram para colonização uma região sem infra-estrutura, tendo que derrubar as matas e enfrentar os Guarani que efetivamente ocupavam essas terras, como na aldeia de Panambi.

Os Guarani, portanto, não ficaram incólumes à especulação gerada no final dos anos 40. A reserva de Dourados ficou espremida

entre as cidades de Dourados e Itaporã, esta última surgida de uma nova colônia municipal de Dourados. Hoje, uma rodovia de bom movimento corta estas terras, e as queixas dos índios são frequentes, bem como os acidentes.

As aldeias de Panambi e Panambizinho, ocupadas desde o início do século por famílias extensas Kaiowá, perderam grande parte de seu território que foi loteado para os colonos, além de terem sido arregimentados como mão-de-obra para a derrubada da mata ou para os serviços agrícolas. Durante muitos anos se tentou a transferência destes índios para o P. I. de Dourados, mas os índios sempre resistiram à sua retirada, não só por se tratar de terras de seus ancestrais - há ou havia em Panambi um dos mais antigos cemitérios Kaiowá ó mas também por uma clara resistência à perda de seu tekoha (SILVA, 1982).

Egon Schaden, que percorreu a região nesse período, afirma que os ânimos estavam bastante exaltados; os índios sempre se referiam ao esbulho que estavam sendo vítimas, desviando as conversas dos mais variados temas para a implantação da colônia e a fixação dos colonos em suas terras:

Os Kayová ficariam apenas com os lotes em que já houvesse alguma casa de índio. Na expectativa de perderem, assim, a sua área de caça e de plantio, estavam alvoroçados. Receberam-me de maneira hostil, de machete em punho, dispostos a liquidar-me e ao funcionário que me acompanhava, caso a nossa visita se prendesse à execução daquele plano dos poderes públicos, que para eles representava o fim do mundo.

A iminência de se verem afinal expulsos de seu último rincão de terras tornava os índios obsessos. Eu pedira que desenhassem animais. Vários nem o tentaram. Preferiam outras coisas. Volta e meia representavam o loteamento de sua tradicional área de caça e de lavoura. Ora assinalavam os lotes simplesmente por um conjunto de linhas paralelas; ora indicavam em sua situação relativa aos principais rios que banham o território, lembrando as primeiras tentativas de bisonho cartógrafo. Lotes distribuídos a colonos nordestinos ou estrangeiros ficavam em branco ou, quando muito, ostentavam algum bichinho, como o carrapato d'água. Já nos das famílias kayová apareciam movimentadas cenas de cunho religioso: índios dançando em torno do yvyrá, altar e, sobressaindo como figura máxima - tal como no qua-

dro social da comunidade - o paí, ou médico feiticeiro, em uma das mãos o maracá, e na outra a cruz de madeira, reminiscência das missões jesuíticas do século XVIII (Schaden, 1963:80).

Nessa situação, a persistência da identidade é revelada por Schaden. Diante do esbulho de suas terras pela colônia agrícola federal de Dourados, recorre-se ao que de mais fundamental há na coesão cultural: Paí Chiquito profere as belas palavras para apressar o advento da Terra sem Mal. Tomado de ira sagrada e promovendo danças religiosas com o intuito de apressar o fim desta terra, Paí Chiquito não traduz impotência, mas o recurso mais poderoso de que dispunha para separar os eleitos dos impuros. Apressar o seu futuro (Schaden, 1974).

E o futuro podia ser antevisto. A Colônia Agrícola propiciou o adensamento populacional da região e o surgimento de incipientes núcleos urbanos em torno de Dourados, como a Vila Vargas, Vila Brasil (hoje Fátima do Sul) e Douradina.⁶ Depois dos colonos nordestinos vieram os japoneses, e novamente os gaúchos. Sempre em busca de mais terras. Segundo Lenharo, a Colônia Agrícola Nacional atuava como um imã econômico; suas terras tornaram-se cobiçadas e objeto de desenfreada especulação. Em pouco tempo, as pequenas propriedades foram sendo concentradas em grupo de 5 ou 6, formando pequenas fazendas dedicadas à pecuária (Lenharo, 1986b). O Progresso, jornal de Dourados fundado em 1951, alardeava em seu primeiro número:

Vertiginosa! A Marcha de Dourados para o Progresso. De uma terra inexpressiva e esquecida, passa Dourados a ser uma das regiões mais famosas da Pátria. Gente de toda parte se instala no município para explorar suas magníficas matas. Mais de 2.400 pessoas chegadas depois do recenseamento. Grandes vendas de terra. Cinema, luz elétrica, linha de aviões diários, loteamento em massa. Mais e mais casas de comércio, valorização acelerada dos imóveis, cafezais, produção imen-

⁶ O crescimento populacional da região de Dourados foi estimado em 611% para a década de 60, continuando na década seguinte, de tal forma que a região concentrava 45% da população do Estado de Mato Grosso em 1970. Foweraker, *op. cit.*, pág. 73

sa de algodão e cereais, instalação de grandes serrarias. Um instantâneo polifórmico de uma esplêndida realidade.⁷

Os índios eram o passado não nobre da região. Aquele que apontava, não para o progresso que se almejava, mas a alteridade e a diversidade que se desejava apagar. O progresso só precisa da história para justificar a si próprio, nunca o outro.

⁷ **O Progresso**, Dourados, 21 de abril de 1951.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Mário Monteiro de. *Episódios históricos da fixação geográfica do Brasil (Fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai)*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1951.
- BARBOSA, Emílio G. *Panoramas do Sul de Mato Grosso*. Campo Grande, Correio do Estado Ltda, 1963.
- CLASTRES, Hélene. *Terra sem Mal. O profetismo tupi-guarani*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX In: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 133-154.
- DONATO, Hernani. *Selva Trágica. A gesta ervateira no sueste matogrossense*. São Paulo, Autores Reunidos, 1959.
- POWERAKER, Joe. *A Luta pela Terra. A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O Indígena e a República*. São Paulo, Edusp/Hucitec, 1989.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O Imaginário do Sertão. Lutas e Resistências ao Domínio da Companhia Matte Larangeira (Mato Grosso: 1890-1945)*. Campinas, UNICAMP, 1991, mimeo.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papirus/UNICAMP, 1986a.
- _____. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas, Unicamp, 1985.
- _____. A terra para quem nela não trabalha. *Revista Brasileira de História*, 6(12):47-64, mar.-ago. 1986b.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. O Governo dos Índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras: FAPESP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LISBOA, Miguel Arrojado. *Oeste de São Paulo - Sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1909.

- MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional. in: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 475-498.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre. O processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- PIMENTA BUENO, Francisco Antonio. *Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1880.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- RONDON, Cândido M. da S. *Relatório dos Trabalhos Realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra*. Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, publicação 69-70, Rio de Janeiro, Depto. de Imprensa Nacional, 1949.
- SCHADEN, Egon. Desenhos de índios Kayová-Guarani. *Revista de Antropologia*, (11):79-82, 1963.
- Idem. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974
- SEREJO, Hélio. *Homens de Aço. A luta nos ervais de Mato Grosso*. São Paulo, Typ. Cupolo, 1946.
- SILVA, Joana A. Fernandes. *Os Kaiowá e a Ideologia dos Projetos Econômicos*. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1982.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- UNKEL, Curt Nimuendaju. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como fundamentos da religião dos apapocuva-guarani*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1987.
- VIVEIROS, Ester de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.